



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

POLICIAIS QUE MATAM

“Meu filho não estava armado”. Relato da mãe de uma vítima é comovente; há pouco tempo, a ONU denunciou o Brasil devido à impunidade que predomina nos crimes cometidos por agentes de Segurança



Vanusa espera pela condenação do policial que assassinou seu filho

■ “Sou uma pessoa muito forte. Se fosse fraca, não estaria viva para contar a história. Não esqueço em nenhum momento de meu filho. Tento lembrar dele com alegria. Estou de pé, hoje, pois sei que ele não gostaria de me ver deprimida. Mas é muito difícil falar de David. Não gosto de lembrar da morte dele. Era um menino bom, trabalhador. No dia da tragédia, estava saindo da minha loja”.

O relato acima é de uma mãe. Da comerciante Vanusa da Mota, genitora de David Philipe Mota, adolescente que foi alvejado pelo policial da Radiopatrulha Jamisson Santos, em 2014, durante uma abordagem no Conjunto Parque dos Faróis, em Nossa Senhora do Socorro. O condutor da motocicleta onde o jovem era carona não parou ao ser mandado, e meses depois, também, foi morto.

David é mais um jovem que entrou para as estatísticas de cidadãos mortos por policiais. Até hoje, a mãe aguarda por justiça. “Antes de sair a conclusão da investigação policial, para ser honesta, ficava me questionando: ‘Será que meu filho procurou para merecer isso?’ Mas, depois do laudo, vi que ele não estava armado. Tentaram foi plantar uma arma no local”, relata Vanusa.

DISCRIMINAÇÃO

“Mas, graças a Deus, a população caiu em cima. Viram

que houve um erro da polícia. Não é porque ele estava junto do Leozinho - adolescente acusado de cometer crimes que conduzia a motocicleta - que merecia ser executado em plena luz do dia”, afirma Vanusa.

O caso de David está na 2ª Vara Criminal, em Socorro, na fase de audiência de instrução. “Creio que essa etapa termina em julho. Já era pra ter encerrado, mas sempre uma testemunha falta. Contudo, pelo que sinto, a Promotora está do nosso lado. Vejo o tenente apreensivo. Na última audiência, não conseguiu olhar no meu olho, sentia-se incomodado”, relata Vanusa.

Enquanto o julgamento do assassino do filho não ocorre, Vanusa vê com tristeza o modo como a polícia aborda os cidadãos de “bem” e do “mal” no Parque dos Faróis. “Não observam mais quem é cidadão de bem e quem é marginal quando fazem baculejo. Se for à noite, aí que vão com agressão mesmo”, informa.

“Acho que isso já vem logo de cima: se folgar, mete logo bala na cabeça”, acusa Vanusa. A comerciante, também, põe crédito na discriminação. “Eles não agem assim na Zona Sul. Eu tenho uma loja na avenida do conjunto e fico indignada com a forma. Uma vez, deu vontade de me meter. A RP quando entra é massacrando”, afirma.

NEGRO/POBRE/ PERIFERIA

Articuladora do Movimento Nacional de Direitos Humanos em Sergipe, Lidia Anjos está atenta aos homicídios praticados por policiais. “Observamos que Sergipe é um dos principais Estados do Brasil onde policiais cometem assassinatos. Achamos lamentável. É um reflexo da política de Segurança Pública”, destaca.

“Essa lógica da concepção da Segurança Pública policesca está longe da percepção que os Direitos Humanos fomenta. Não temos uma polícia mediadora de conflitos”, afirma Lidia. Ela relembra o caso de David. “Muitos jovens estão sendo exterminados e colocam como justificativa a legítima defesa. Disseram que David pegou numa arma no bolso, mas estava era com a chave da loja da mãe, vindo do trabalho”, diz.

“Os policiais são trabalhadores. Mas, infelizmente, nas estatísticas, vemos que o número de assassinatos cometidos por eles é grande. E, na sua maioria, a vítima tem cor e classe social. É negro, pobre e mora na periferia. Vemos isso com preocupação”, afirma Lidia. Desigualdade social impera até na hora da morte.

NEGLIGÊNCIA

A articuladora acredita que existe negligência na investigação quando o crime é cometido por policial. “Se a comunidade não tivesse resistido, mostran-



Corregedora Rita Silvestre: “As pessoas não devem ter medo de policiais”

do que tentaram colocar prova falsa na cena do crime para justificar que foi defesa, o caso do David poderia ter ficado em aberto”, relata.

Falando em casos que ficam em aberto, até hoje, os familiares dos mortos da chácina da Baixa da Cachorrinha, no Bairro 18 do Forte, esperam por investigação. Em fevereiro de 2015, quatro jovens foram assassinados com tiros na cabeça enquanto conversavam à tarde, na calçada de uma rua. Segundo testemunhas, o crime foi cometido por policiais.

“Não teve investigação. Não mandaram papel. Corremos atrás, mas os outros familiares não procuraram. Fui depor um dia desses sobre a morte de outro rapaz aqui perto e perguntei lá: ‘Moço, e sobre a morte dos quatro rapazes na minha calçada?’. O delegado: ‘Ele ‘num’ estava fazendo coisa errada? Então, mereceu morrer desse jeito”.

DESCASO DA POLÍCIA

O relato acima é da irmã de um dos assassinados da Baixa da Cachorrinha. Por medo de represálias, ela prefere o anonimato. “Qual resposta eu ia dar a ele, se ainda estivesse com advogado. Foi o delegado da Homicídios que disse isso”, afirma. Segundo ela, o irmão não merecia a morte.

“Meu irmão só fazia tráfico. Nunca bateu, matou ‘noia’. Se ele já tivesse feito com alguém assim, juro que dizia que ele

merecia morrer”, diz a irmã, emocionada. Ela faz mais relatos. “Da forma que foram mortos, é armada de polícia. Vagabundo não manda botar a mão na cabeça e deitar no chão. Ainda mais encapuzado com colete com o nome da Denarc”, afirma.

“Se não teve nada com a polícia, por que os outros crimes investigam, intimam o povo, e do meu irmão nada?”, questiona ela. Recentemente, a Organização das Nações Unidas denunciou o Brasil devido à impunidade que predomina nos crimes cometidos pela polícia e por agentes de Segurança. Segundo a entidade, homicídios de autoria de forças de ordem são “ocorrências regulares”.

Responsável pela Corregedoria da Polícia Militar, a coronel Rita de Cássia Silvestre tenta desmistificar as acusações contra as forças de segurança. “O crime da Baixa Cachorrinha deve estar sendo investigado por inquérito policial pela delegacia da área”, afirma. De acordo com ela, nenhum delito deixa de ser investigado, seja militar contra militar, militar contra civil ou vice-versa.

CORREGEDORIA DA POLÍCIA

A Corregedoria da PM tem como atuação assegurar a correta aplicação da lei, assim como aplicar sanções disciplinares aos policiais integrantes da corporação, propor a trans-

ferência e/ou afastamento do exercício das funções do acusado em processo disciplinar durante a apuração da conduta.

“Quando a pessoa vai à Ouvidoria fazer reclamação, ela é encaminhada para cá para abrir procedimento. Geralmente, é aberto e encaminhado à 6ª Vara. O processo só começa a partir da denúncia do promotor se tiver relacionado com militar em serviço, se for caracterizado crime militar. Se for crime comum, é apurado no inquérito policial dependendo da Vara”, explica o coronel Silvestre.

De acordo com dados da Corregedoria, de 2011 até o momento, 13 procedimentos de sindicância e inquérito policial foram abertos. Muito pouco. Ela sai em defesa dos colegas de farda. “Não acho que todo policial vai pegando a arma para matar. Para direcionar a outro tem de ser em legítima defesa, correndo perigo. Somos formados para isso”, ressalta a coronel.

“Quando há casos que destoam, sempre é apurado”, informa a corregedora. Segundo a coronel, frequentemente, a Corregedoria recebe ocorrências do Ministério Público Estadual, do setor de Controle Externo Policial. Ela, também, dá um recado à população: “As pessoas não devem ter medo de policiais. Todas as reclamações podem ser feitas na Ouvidoria, situada na Rua Itaibaiana, no Quartel Central”. ■

ARTHUR LEITE

Cinform - 20 a 26/06/2016